

nº 38 – Setembro de 2021

EDITORIAL

Prezado Membro da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

Este mês, a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (SECEP) destaca a posse do novo presidente da Comissão de Ética Pública (CEP), Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega.

Na seção de Boas Práticas, reforçamos que permanecem abertas as inscrições para o VII Concurso de Boas Práticas, que promove a difusão e o intercâmbio de práticas de gestão e educação para a ética, além de incentivar ações voltadas à educação e prevenção de condutas incompatíveis com o padrão ético.

O boletim traz, ainda, informações sobre a turma piloto do curso básico de Gestão e Apuração da Ética, que foi ofertada para 26 alunos. Após esta oferta, o curso passará por uma avaliação e adequação com base em possíveis melhorias identificadas pelos alunos e professores para, então, proceder à abertura das turmas regulares.

A seção "Informes" também apresenta a campanha de orientação voltada à alta administração promovida pela CEP e traz informações sobre a visita da Comissão de Ética dos Correios à SECEP. Com novos membros empossados recentemente, a Comissão dos Correios apresentou ações desempenhadas pela equipe na instituição para difusão da cultura da Ética.

O texto de apoio "Minuto da Ética", para divulgação pelas comissões, fala sobre a importância do desenvolvimento de uma cultura ética para que não seja necessária a adoção de mecanismos de controle que possam ser prejudiciais em certas situações, em virtude da excepcionalidade dos fatos envolvidos.

Brasília, setembro de 2021

Secretaria-Executiva da CEP

DESTAQUE

Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega toma posse como Presidente da Comissão de Ética Pública

Nesta terça-feira, 28 de setembro, Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega tomou posse como novo Presidente da Comissão de Ética Pública (CEP), em sucessão ao conselheiro André Ramos Tavares, que estava no cargo desde junho de 2020.

A solenidade ocorreu no Palácio do Planalto e contou com a presença do até então presidente da CEP, André Ramos Tavares; do novo presidente da CEP, Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega; do conselheiro e Secretário de Controle Interno da Presidência da República, Edson



Leonardo Dalescio Sá Teles; do conselheiro Gustavo do Vale Rocha; da conselheira Roberta Muniz Codignoto; do Ministro do Superior Tribunal Militar, José Barroso Filho; e do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos.

O conselheiro André Ramos Tavares, transmitiu o cargo agradecendo a todos que contribuíram para que a CEP pudesse atuar de forma íntegra. “A CEP tem a missão de zelar pelo respeito ao compromisso ético inerente à função pública, especialmente de certos atores que têm responsabilidade por boa parte das principais decisões da nossa República. Para isso, a importância da Comissão em um formato autônomo, como é o atual, foi sendo reforçada durante os anos que estive na CEP.”

Nesse sentido, André falou sobre a [Proposta de Emenda à Constituição que visa a conferir status Constitucional ao Órgão de defesa da Ética Pública do](#)

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

[Poder Executivo federal por meio de alteração do art. 84 da Carta Magna de 1988 apresentada ao Presidente da República em dezembro de 2020.](#) “Sou convicto de que os reflexos de uma inserção expressa da Comissão de Ética Pública na Constituição seriam extremamente positivos.”

Em sua fala, o conselheiro destacou, ainda, um dos maiores desafios da humanidade que está, em sua opinião, na construção e compreensão da Ética e Justiça. André Tavares finalizou seu discurso desejando sucesso ao novo presidente, na certeza de que “a presidência fica nas mãos de alguém com claro perfil, formação e experiência necessários para uma boa e equilibrada condução da Comissão e dos assuntos atinentes à ética pública.”

O Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, ressaltou a importância da CEP, ao lembrar que “a comissão foi criada em 1999 para ser uma instância consultiva do Presidente da República e dos ministros de estado e também para atuar no processamento de eventuais denúncias. Entretanto, no decorrer do tempo, a CEP cresceu de importância enquanto instituição, tornando-se instância essencial e indispensável para manutenção da ética e da probidade.” O Ministro-Chefe ainda ressaltou trabalhos realizados durante a gestão de André Ramos Tavares, como a criação do GT-Ética, que [propôs revisão dos códigos de conduta da Alta Administração e do Código de Ética dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal](#), e desejou sucesso à gestão do conselheiro Antonio Nóbrega.

O novo presidente da CEP, Antonio Carlos Vasconcelos Nóbrega, agradeceu,



em seu discurso, a dedicação de todos os ex-presidentes que contribuíram para que a CEP se tornasse uma referência no assunto. Ressaltou, também, o suporte dos órgãos de controle para que a administração pública pautasse sua atuação em bases moralmente sólidas e juridicamente adequadas.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Sobre os trabalhos a serem exercidos, Antonio Nóbrega ponderou que “a resposta nem sempre é clara e nem sempre pode ser alcançada de modo intuitivo, mas que a função da ética, em sua mais ampla concepção, segue justamente na direção de auxiliar na identificação do caminho mais adequado a ser seguido. E que é justamente no aperfeiçoamento dessa bússola que a CEP tem um importante papel. Ao se colocar acima e além de preocupações individuais, o comportamento ético é a melhor forma de se dar legitimidade aos esforços voltados ao cumprimento do dever público dos agentes do Estado”.

Antonio Nóbrega atua como conselheiro da CEP desde agosto de 2020 e foi eleito presidente, por unanimidade dos presentes, na reunião de maio de 2021, para mandato de um ano.

Novo presidente

Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega é mestre pela Universidade Católica de Brasília, pós-graduado em Direito Empresarial pela FGV/RJ e em Direito do Consumidor pela Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.



É professor em Universidades no Rio de Janeiro e Brasília, na Escola Nacional de Advocacia do Estado do Rio de Janeiro-ESA/OAB-RJ, CEPERJ e professor convidado na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu, dentre outras atribuições, o cargo de Corregedor-Geral da União e de Conselheiro do COAF e atuou como Assessor Especial para assuntos de Integridade na Controladoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Antonio também é autor de artigos e ensaios sobre temas relacionados à integridade empresarial, governança corporativa e ética. Participou, como palestrante, de dezenas de eventos, nacionais e internacionais, sobre esses temas. Outras informações acerca de suas formações curriculares podem ser acessadas [aqui](#).

INFORMES

Turma piloto recebe capacitação básica em Gestão e Apuração da Ética

De 21 a 24 de setembro, foi ofertada, de forma remota, a nova versão do curso Básico de Gestão e Apuração da Ética Pública. Participaram da turma piloto 26 alunos. O curso é desenvolvido pela Comissão de Ética Pública (CEP), em parceria com a Escola



Nacional de Administração Pública (Enap), e tem como objetivo contribuir para a divulgação e promoção da ética nas entidades e órgãos que integram o Poder Executivo federal.

A Secretária-Executiva Adjunta da Comissão de Ética Pública, Ana Maria Guimarães, representando o Secretário-Executivo Wellington Gontijo do Amaral Júnior, ressaltou a importância da adaptação do curso ao novo formato, tendo em vista não só o novo cenário decorrente da Pandemia, mas também a observância aos princípios de economicidade e eficiência. “O curso foi muito bem adaptado, garantindo a interatividade necessária, e, sendo ofertado de maneira virtual, abre a possibilidade de atingir um público ainda maior.”

Ana Maria ainda destacou a atuação da Secretaria Executiva da CEP (SECEP) com olhar especial para as Comissões de Ética Setoriais (CES) tanto na oferta de capacitações quanto na recepção e análise das contribuições enviadas pelos membros das CES no [trabalho de revisão do Código de Ética realizado pelo GT-Ética](#). “Agradecemos às participações e contribuições enviadas pelas Comissões Setoriais, tanto aquelas já recebidas pela SECEP, quanto as que foram trazidas no bojo do projeto Enquete, promovido pelo GT-Ética, cujas sugestões foram

consideradas para a análise do Colegiado. Permanecemos a postos e à disposição para receber outras contribuições daqueles que desejem ainda enviar alguma questão, que poderá ser avaliada pelo Colegiado, assim como, a critério da CEP, poderá ser aberta uma etapa para nova manifestação das Comissões acerca do novo normativo.”

Trilha de Aprendizagem da Ética

O curso Básico de Gestão e Apuração da Ética Pública é o segundo na [Trilha de Aprendizagem](#) para membros das CES. Entre os tópicos abordados estão Educação para a Ética; Prevenção, Gestão e Avaliação da Ética; Processo de Apuração Ética; entre outros. Após a oferta da turma piloto, o curso passará por uma avaliação e adequação com base

em possíveis melhorias identificadas pelos alunos e professores para, então, proceder à abertura das turmas regulares.

A trilha de aprendizagem inicia-se com o [curso de Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública](#), na modalidade EaD, que pode ser feito a qualquer momento, inclusive antes do ingresso de um membro em uma comissão de ética. Caso passe a integrar a comissão de ética de uma instituição e ainda não tenha cursado esta primeira etapa, é recomendado que o curso seja acessado e concluído imediatamente. A capacitação encerra-se com o curso Avançado de Gestão e Apuração da Ética Pública, que está em fase de reformulação e ofertará, de 18 a 22 de outubro, sua turma piloto.

As informações acerca das novas turmas a serem ofertadas serão divulgadas na página da CEP e por e-mail às Comissões de Ética Setoriais. Não esqueça de manter seu cadastro atualizado. Caso ocorra alguma alteração na sua Comissão, preencha o [formulário](#) disponível na página da CEP com todas as informações solicitadas, inclusive aquelas já enviadas anteriormente.

CEP inicia campanha de orientação voltada à alta administração

No mês de setembro, a Comissão de Ética Pública iniciou uma campanha de orientação à alta administração. O primeiro tema abordado é “Conflito de Interesses na Alta Administração”, no qual a CEP, entendendo a importância de ações preventivas, orienta a conduta dos integrantes da alta administração, conforme previsto no CCAAF e Lei de Conflito.

A campanha tem previsão de envio de seis cards com informações acerca do tema proposto. O material está sendo distribuído a todos os servidores públicos do Poder Executivo Federal e, ao fim da campanha, será disponibilizado também na página da CEP. O primeiro deles, que traz explicações sobre o que é Conflito de Interesses na Administração Pública, foi entregue no dia 29 de setembro. Confira!

VOCÊ SABE O QUE É CONFLITO DE INTERESSES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

É a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Em caso de dúvidas sobre como prevenir o conflito de interesses durante ou após o exercício de um cargo DAS nível 5 ou 6 ou equivalente, **clique [aqui](#) para realizar uma consulta à Comissão de Ética Pública.**

Para mais informações sobre o assunto, acesse a **[Lei nº 12.813, de 2013](#)**, que trata de Conflito de Interesses.

CONFLITO DE INTERESSES NA ALTA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

CISSET
Presidência da República

COMISSÃO de Ética Pública

O infográfico apresenta um homem sentado em uma cadeira, segurando um tablet. O fundo é azul com ondas brancas. Há um mapa do Brasil estilizado no canto inferior direito.

Comissão de Ética dos Correios visita Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

A Comissão de Ética Pública (CEP), representada pelo Secretário-Executivo, Wellington Gontijo do Amaral Júnior, e pela Secretária-Executiva Adjunta, Ana Maria Melo Duarte Guimarães, recebeu, no dia 13 de setembro, a visita da coordenadora da Comissão de Ética dos Correios, Melissa de Sousa Silva.

Com novos membros empossados recentemente, a Comissão dos Correios apresentou ações desempenhadas pela equipe na instituição para difusão da cultura da Ética, como treinamentos, campanhas, palestras educativas, desenvolvimento de uma cartilha para bom uso das redes sociais, além da

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

organização do XVI Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, realizado em 2020.

O encontro, que também contou com a presença de outros dois representantes da Comissão de Ética dos Correios, Amaury Jose Valença de Melo, Secretário-Executivo, e Carlos Augusto Maciel dos



Santos, membro titular, e da Coordenadora-Substituta do Sistema de Gestão da Ética da Secretaria-Executiva da CEP, Ana Maria Machado Marques, também permitiu a discussão de sugestões para a melhoria das atividades de promoção da Ética Pública.

Na oportunidade, os representantes da Secretaria-Executiva da CEP dirimiram dúvidas trazidas pela Comissão de Ética da estatal e informaram acerca de iniciativas em curso voltadas ao Sistema de Gestão da Ética.

Por fim, o Secretário-Executivo reforçou a importância de se promover a ética pública por meio de um trabalho conjunto da CEP com as comissões setoriais, ressaltando algumas possibilidades de parceria e apoio de que a Comissão de Ética Pública dispõe.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 211, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2924

<http://etica.planalto.gov.br>

BOAS PRÁTICAS

VII Concurso de Boas Práticas recebe inscrições até 22 de outubro

O VII Concurso Boas Práticas na Gestão da Ética, promovido pela Comissão de Ética Pública e coordenado pela Secretaria-Executiva da CEP (SECEP), está com inscrições abertas **até o dia 22 de outubro**.

Criado para promover a difusão e o intercâmbio de práticas de gestão e educação para a ética, bem como incentivar ações voltadas à educação e prevenção de condutas incompatíveis com o padrão ético, o Concurso premiará as melhores práticas apresentadas por Comissões de Ética pertencentes à administração direta, universidades federais e institutos federais de ensino e aquelas integrantes de empresas estatais e demais autarquias e fundações públicas federais.

Em 2020, uma das boas práticas premiadas no Concurso foi o projeto “Orientações para prevenir Conflito de Interesses em Furnas”, desenvolvido pela Comissão de Ética de Furnas, que tem como objetivo a prevenção, detecção e mitigação de situações de conflito de interesses. O presidente da Comissão da Estatal, Bernardo

Braga Teixeira, garante que a instituição e divulgação do projeto incentivou e incentivará outras empresas a adotarem esta mesma prática. “Diversas empresas nos consultaram e trocamos informações e detalhes. Assim, o sistema é cada vez mais aprimorado.”

Em depoimento enviado à SECEP, Bernardo ainda tratou sobre as atividades da Comissão para o fortalecimento do Sistema de Gestão da Ética. “Trabalhamos diariamente para a disseminação dos valores e princípios éticos, criando cada vez mais um ambiente caracterizado por elevada confiança, transparência, cuidado, empatia, emoções positivas e justiça organizacional. Dessa forma acreditamos plenamente estarmos consolidando a Ética Empresarial como Cultura Organizacional em Furnas.”

Premiada no segundo ano consecutivo, a Comissão de Ética da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) também falou sobre a experiência em 2020. “A participação no Concurso com a

prática 'Teste de Conhecimento sobre Ética e Integridade foi muito rica para a Comissão de Ética da Finep. A fase de escolha de uma prática desenvolvida internamente para inscrição permitiu uma avaliação crítica dos trabalhos, analisando a sua consistência e os principais resultados alcançados. Também permitiu a percepção do valor do desenvolvimento de ações em parceria com outras unidades da Finep, notadamente as que atuam com o tema integridade."

O presidente da Comissão, Falber Reis Freitas, falou, ainda, sobre a premiação. "O evento permitiu conhecer mais detidamente ricas experiências de outras instituições e a premiação foi motivo de orgulho para a Finep, por tê-la equiparado, no que se refere a Boas Práticas para a Gestão da Ética, a outras

instituições reconhecidas por seu compromisso com a seara ética e de integridade. Nesse sentido, a premiação reforçou o reconhecimento interno sobre a importância da educação para a ética pela alta administração e pelos colaboradores usuários da prática. Foi uma experiência muito gratificante, tanto no âmbito do funcionamento interno da Comissão quanto no que diz respeito ao reconhecimento das lideranças e do corpo funcional da importância da temática para a solidez da Instituição. E o reconhecimento ser dado por uma instância como a CEP só fez engrandecer ainda mais todo o trabalho."

Acesse as práticas apresentadas em 2020 [aqui](#).



**VII Concurso
BOAS PRÁTICAS
NA GESTÃO DA ÉTICA**

**AINDA NÃO
INSCREVEU SUA
BOA PRÁTICA?**

**As inscrições estão abertas
até 22 de outubro.**

Clique na imagem para mais informações

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

EVENTOS

Secretário-Executivo da CEP participa de evento promovido pela Comissão de Ética da Eletronorte

No dia 30 de agosto, o Secretário-Executivo da Comissão de Ética Pública (CEP), Wellington Gontijo do Amaral Júnior, foi o convidado do evento da Eletronorte - “Diálogos e Conexões – Ética na Eletronorte”, promovido pela Comissão de Ética da estatal, em que a nova versão do Código de Conduta Ética e Integridade da empresa foi apresentada.



O evento reuniu virtualmente a Diretoria da Eletronorte e cerca de 400 empregados para tratar da nova versão do Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras. A nova edição do Código marca os 10 anos do lançamento do primeiro Código de Ética único para a holding e suas controladas.

Em formato dinâmico, com uma roda de conversa, o evento trouxe questionamentos e esclarecimentos por parte dos diretores, mediados por Marco Antônio Martins Leite, presidente da Comissão de Ética da Eletronorte, sobre o pioneirismo da empresa ao estabelecer o Código de Ética.

Wellington Gontijo enfatizou que o código deve ser muito mais do que um documento que reúne um conjunto de normas. “O Código deve ir além do entendimento de um conjunto de normas que se encerram em prescrições jurídicas. Nesse sentido, tendo em vista que as normas são um produto da sociedade e do meio social, o Código deverá lançar luz sobre questões emergentes e enfrentá-las, além de considerar o estágio de maturidade da empresa em termos de cultura ética, com o objetivo de orientar os rumos da

organização, detalhando propósitos, princípios e valores, e traduzindo esses princípios em normas de comportamento.”

Segundo o Secretário-Executivo da CEP, “o Código também marca não só a codificação dos princípios regentes da Empresa, mas também o posicionamento para a construção de pilares sólidos, refletindo na transformação dos eixos que regem as relações de trabalho e o processo de tomada de decisão, transformando a própria imagem da organização. E, ao final, vai trazer ganhos aos seus próprios negócios.”

Além disso, o Secretário lembrou que “o patrocínio da alta direção é fundamental para que uma política de promoção da ética pública seja consistente, duradoura e exitosa numa organização, afinal, quando os princípios do *tone at the top* estão presentes, é sinal de que o exemplo está vindo de cima, ou seja, a alta direção está comprometida em exercer o papel de patrocinadora de todos os mecanismos que são necessários à promoção da ética.”

Por fim, Wellington Gontijo ressaltou que a CEP reconhece a relevância de iniciativas dessa ordem, citando a própria experiência da Comissão com a criação do GT-Ética, com o objetivo de revisar o Código de Conduta da Alta Administração Federal e o Código de Ética dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo federal.

Seis reuniões posteriores ao evento estão previstas para a disseminação do Novo Código de Conduta Ética e Integridade, em setembro, outubro e novembro. Clique [aqui](#) para mais informações.

Comissão de Ética das Indústrias Nucleares do Brasil S.A promove palestra sobre Integridade

No dia 21 de setembro, o Ouvidor-Geral da Petrobrás, Mário Spinelli, ministrou palestra com tema Integridade promovida pela Comissão de Ética das Indústrias Nucleares do Brasil S.A (INB). O evento contou com a participação do Secretário-Executivo da CEP, Wellington Gontijo do Amaral Júnior, que destacou a importância de que a atuação da direção e as comissões dos

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

órgãos não se limite a apenas informar, mas a engajar os servidores para que haja a construção e consolidação de uma cultura ética e de integridade.

Em sua fala, o Secretário-Executivo tratou, ainda, dos seguintes temas: pilares da integridade (cultura, valores, boas práticas) com o foco nas pessoas; o real valor do *Compliance* como uma ciência comportamental; a utilização do arcabouço jurídico em prol da integridade e o ciclo de maturação da gestão da integridade; a importância dos canais de comunicação para auxiliar os empregados nas manifestações diversas, sendo mais do que apenas um canal de informação; e a Ética como fio condutor da integridade de base e a implantação da cultura da integridade.

Por fim, Wellington Gontijo reforçou o trabalho da CEP no acompanhamento dos servidores em toda a vida funcional como autoridade, por meio das Declarações Confidenciais de Informações (DCI), Consultas sobre questões éticas e consultas sobre atividades profissionais após o exercício da função pública.

Sua Comissão de Ética também tem promovido eventos relacionados à Ética? Envie para o e-mail etica@presidencia.gov.br cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública. Vamos juntos disseminar a cultura da Ética no serviço público.

“O mais alto valor moral do caráter consiste em fazer o bem não por desejo pessoal, mas por dever.”

(Immanuel Kant)

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 211, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2924

<http://etica.planalto.gov.br>